



Graduação Pós-Graduação
 Artigo completo Relato de prática Resumo expandido

OPORTUNIDADE, TRABALHO E RENDA NA AGRICULTURA FAMILIAR: um estudo empírico em Floriano-PI

Flávia Gomes de Moura Fé
Universidade Federal do Piauí
flavia.fe@ufpi.edu.br

Jairo de Carvalho Guimarães
Universidade Federal do Piauí
jairoguimaraes@ufpi.edu.br

RESUMO

Este estudo visou analisar o impacto do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar no município de Floriano, Piauí. O problema de pesquisa centrou-se em investigar: Qual o impacto do Programa Nacional de Alimentação Escolar na vida do agricultor familiar que participa ativamente do programa na cidade de Floriano-PI? A metodologia adotou uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, utilizando entrevistas semiestruturadas com seis agricultores fornecedores do município. Os resultados mais importantes demonstram que o PNAE é uma política de alto impacto que proporciona aumento e complementação de renda e atua como um "divisor de águas", garantindo escoamento da produção e estabilidade de renda, embora persistam desafios logísticos e de comunicação. As conclusões indicam que esta política pública não apenas melhora a segurança alimentar escolar, mas promove a dignidade no campo e a sucessão rural através da valorização do trabalho produtivo.

Palavras-chave: PNAE; Agricultura familiar; Renda; Política pública; Oportunidade.



1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar contribui para a geração de alimentação, emprego e renda para uma parcela significativa da população brasileira, contudo, por falta de apoio esse segmento acaba enfrentando diversos desafios relacionados à falta de mão de obra ou de canais de comercialização. A Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, Lei nº 11326, de 24 de junho de 2006, define como agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, não detenha área maior que 4 módulos fiscais, utilize mão de obra predominantemente da própria família e tenha sua renda originada das atividades rurais (Brasil, 2006). Ao longo dos anos, a agricultura familiar vem recebendo maiores reconhecimentos por sua importância econômica e social e a partir disto, iniciou-se o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao apoio e incentivo dessa categoria, no Brasil em 1996, foi instituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) pela resolução nº 1946, destinado ao apoio financeiro às atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e sua família (Brasil, 1996).

O Estado tem criado cada vez mais políticas de apoio e incentivo aos agricultores familiares, devido a importância desta atividade para o desenvolvimento sustentável, à geração de emprego e renda, à segurança alimentar e o desenvolvimento local, um exemplo deste instrumento governamental é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE é uma política pública que representa um dos maiores modelos de programas mundiais de alimentação e nutrição, o mesmo foi instituído no Brasil a partir da criação do Programa Merenda Escolar. Em junho de 2009, foi sancionada a lei 11.947, a qual estabelece que no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE, destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, precisam ser gastos obrigatoriamente na aquisição de alimentos provenientes da produção de agricultores familiares, com o intuito de estimular o desenvolvimento econômico e sustentável, reduzir a pobreza e a insegurança alimentar, incentivar a oferta de alimentos de qualidade e garantir a valorização da produção familiar (Brasil, 2009).

A inserção do agricultor familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar fornece inúmeras oportunidades e benefícios para ambos os lados, visto que os agricultores terão um aumento de renda, a abertura de um novo mercado, e a valorização do seu trabalho, enquanto os alunos passam a ter uma alimentação mais saudável e diversificada, composta por alimentos de maior qualidade, respeitando as tradições, culturas e hábitos da região. Contudo, políticas

públicas como o PNAE, são oportunidades e possibilidades de enfrentar problemáticas relacionadas ao consumo e a produção de alimentos, pois esse programa possui a capacidade de aproximar a segurança alimentar e a saúde pública, visando a construção de novos mercados e políticas de abastecimento alimentar.

O PNAE tem como objetivo oferecer uma alimentação saudável aos estudantes, visando contribuir para o crescimento e desenvolvimento dos alunos, melhorar o rendimento escolar e promover ações educativas que possam contribuir para uma mudança de hábitos. Além disso, o programa busca estimular e facilitar o acesso aos produtos advindos da agricultura familiar. Para o agricultor isso pode representar um importante ponto de comercialização, criando oportunidades de obtenção e geração de renda, inclusão produtiva, gerando empregos no meio rural e estimulando o cooperativismo. Visando a isto, este estudo busca responder à seguinte questão norteadora: Qual o impacto do Programa Nacional de Alimentação Escolar na vida do agricultor familiar que participa ativamente do programa na cidade de Floriano-PI?

É perceptível que os agricultores familiares necessitam de políticas de apoio como o PNAE, uma vez que esta garante inúmeros benefícios e facilidades aos mesmos, diante disto, esse trabalho apresenta como objetivo geral: Analisar o impacto do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na vida dos agricultores familiares em Floriano-PI e para alcançar este objetivo foram desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: Descrever o perfil sociodemográfico dos agricultores familiares, contextualizar agricultura familiar, conhecer as diretrizes e objetivos do PNAE e desvelar se o PNAE contribui para melhores condições, qualidade de vida e renda dos agricultores familiares em Floriano-Pi.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nas próximas seções, serão explorados estudos relevantes no campo das políticas públicas, com particular atenção aos impactos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na realidade dos agricultores familiares beneficiários. A seleção de diversas pesquisas visa oferecer um robusto embasamento teórico para este trabalho. Esse estudo, visa explorar os impactos oferecidos pelo PNAE na qualidade de vida dos agricultores familiares e suas contribuições para o bem-estar destes participantes.

2.1 Diretrizes e objetivos do PNAE

O PNAE visa garantir uma alimentação saudável e adequada a todos os estudantes que estejam regularmente matriculados na educação básica em escolas públicas. Esse programa consiste no repasse de recursos financeiros federais para o atendimento de alunos matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal, bem como nas entidades qualificadas como filantrópicas ou por elas mantidas, nas escolas confessionais mantidas por entidade sem fins lucrativos e nas escolas comunitárias conveniadas com os estados, o Distrito Federal e os municípios. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), é o responsável pelo repasse dos recursos destinados ao PNAE, sendo também a autarquia responsável por normatizar, coordenar, monitorar e fiscalizar o funcionamento do programa (Brasil, 2009).

Além disso, o PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram suas necessidades nutricionais durante o período em que permanecem na escola (Brasil, 2009). Segundo Menezes, Porto e Grisa (2015), o PNAE existe desde 1955, mas foi em 2009 que uma revisão na legislação possibilitou que pelo menos 30% dos recursos transferidos pelo Governo Federal, via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), fossem empregados para adquirir alimentos de agricultores familiares ou de suas organizações (cooperativas ou associações).

Para a execução do PNAE, a Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009, institui como diretrizes da alimentação escolar, estes apresentados no Quadro 1:

Quadro 1- Diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar

Alimentação Saudável e Adequada	Orienta para o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica
Educação alimentar e nutricional	Fomenta a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa o currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.
Universalização	Atende a todos os alunos matriculados na rede pública de educação básica.
Participação social	Favorece o acompanhamento e o controle da execução por meio da participação da



	comunidade no controle social, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE).
Desenvolvimento Sustentável	Incentiva a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos, além do alimento orgânico.
Direito à alimentação escolar	Garante a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social (Brasil, 2009).

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

No Quadro 1 foram apresentadas as Diretrizes que regem um bom funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, essas foram estabelecidas visando uma organização do programa, assim como, o alcance dos seus objetivos, portanto, para que haja a implementação do PNAE, é necessário seguir estas diretrizes, para que desta maneira seja possível promover uma alimentação saudável e de qualidade aos estudantes.

A aquisição dos produtos oriundos da agricultura familiar pelo PNAE, ocorre por meio da chamada pública, que se trata de um procedimento administrativo formal e simplificado, especificamente destinado à compra de alimentos provenientes da produção de agricultores familiares, sempre priorizando os produtores locais. Esta é realizada pelas Entidades Executoras, as instituições da rede pública federal, estadual e municipal que recebam recursos do FNDE para a execução do PNAE. É válido ressaltar que cada agricultor familiar pode vender, no âmbito do PNAE, o valor de R\$40.000,00 em produtos, por ano, para cada Entidade Executora (FNDE, 2021).

O valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino. Esses valores foram definidos por resolução do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Os novos números per capita do PNAE, que serão utilizados para o cálculo dos recursos repassados a estados, municípios, Distrito Federal e escolas federais são estes apresentados no quadro 2. O quadro 2 apresenta os valores per capita por dia letivo que são repassados pela União através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, aos Estados e Municípios para a devida execução do PNAE. Os mesmos são definidos e elaborados a partir de cada etapa e modalidade de ensino, refletindo sobre as diferentes e diversas necessidades nutricionais e o tempo de

permanência deste aluno no âmbito escolar. Diante disso, é possível destacar que as modalidades em que exigem maior número de refeições ao dia ou que atendem grupos com necessidades nutricionais especiais, recebem um valor de repasse mais alto.

Quadro 2- Valores repassados pela União aos Estados e Municípios ao PNAE

Modalidade de ensino	Valores por dia letivo
Estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em período parcial	R\$ 0,41
Estudantes matriculados no ensino fundamental e no ensino médio, em período parcial	R\$ 0,50
Estudantes matriculados na pré-escola, em período parcial, exceto para aqueles matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos	R\$ 0,72
Estudantes matriculados em escolas de educação básica localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos, em período parcial	R\$ 0,86
Estudantes matriculados em escolas de tempo integral com permanência mínima de 7 horas na escola ou em atividades escolares, de acordo com o Censo Escolar do Inep	R\$ 1,37
Estudantes matriculados em creches, inclusive as localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos	R\$ 1,37
Estudantes contemplados no Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, com complementação financeira de forma a totalizar o valor per capita	R\$ 2,53
Estudantes que frequentam, no contraturno, o Atendimento Educacional Especializado (AEE)	R\$ 0,68. (FNDE, 2023).

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Contudo, a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar exige o estrito cumprimento de procedimentos legais e regulamentares, com destaque para a obrigatoriedade de aquisição mínima de 30% dos recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em produtos oriundos da agricultura familiar e dos empreendimentos familiares rurais. Este requisito legal, estabelecido em 2009, prevê a utilização da Chamada Pública como modalidade de aquisição, dispensando a licitação, objetivando garantir o fornecimento de alimentos saudáveis, orgânicos e agroecológicos nas escolas, e ainda, fomenta o desenvolvimento local, assegurando a geração de renda e o

fortalecimento econômico dos agricultores familiares e de suas organizações.

2.2 Conceituando agricultura familiar

O conceito agricultura familiar foi reconhecido de forma oficial na América Latina em 2004, após a criação da Reunião Especializada de Agricultura Familiar (REAF) no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul). A partir disso os membros participantes do Mercosul (Argentina, Uruguai, Brasil e Paraguai), elaboraram em conjunto a definição do que seria agricultura familiar (Salcedo; Guzmán, 2014). Essa definição foi oficializada na Resolução GMC nº 25/2007 intitulada Diretrizes para o reconhecimento da agricultura familiar no Mercosul, nela agricultura familiar é definida da seguinte maneira:

Art. 1º – Os agricultores/as destinatários das políticas públicas diferenciadas dirigidas ao setor da agricultura familiar serão aqueles cujos estabelecimentos cumpram, no mínimo, todos e cada um dos seguintes critérios:

- i) A mão-de-obra ocupada no estabelecimento corresponderá predominantemente à família, sendo limitada a utilização de trabalhadores contratados;
- ii) A família será responsável direta pela produção e gestão das atividades agropecuárias; e residirá no próprio estabelecimento ou em uma localidade próxima;
- iii) Os recursos produtivos utilizados serão compatíveis com a capacidade de trabalho da família, com a atividade desenvolvida e com a tecnologia utilizada, de acordo com a realidade de cada país;
- iv) São também parte da agricultura familiar, desde que respeitados os critérios enumerados anteriormente, os produtores(as) rurais sem terra e os beneficiários(as) dos processos de reforma agrária ou programas de acesso e permanência na terra, bem como as comunidades de produtores(as) que fazem uso comum da terra (Mercosul, 2007).

Globalmente, não há uma única definição para o termo agricultura familiar, sendo este um conceito bastante amplo, que pode variar a depender do tamanho da propriedade, do nível de renda e das formas de produção. Abramovay (1992) afirma que para a compreensão da noção conceitual de agricultura familiar, é preciso que o investigador realize uma busca minuciosa nos aspectos sociais, ambientais, econômicos e culturais. Ou seja, o mesmo afirma que as definições existentes de agricultura familiar são diversas e condicionadas às suas esferas sociais e econômicas.

Uma das definições para conceituar agricultura familiar, foi formulada a partir de um estudo de cooperação técnica entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO/ONU).

Nesta definição, a agricultura familiar é conceituada com base em três características centrais:

- a) A gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento;
- b) A maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família;
- c) A propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996).

No Brasil, em 2006, foram definidos alguns critérios para definir ou não uma produção agrícola como familiar, a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, Lei nº 11.326, de 24 de junho de 2006, define como agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006).

É importante destacar que, não necessariamente em uma organização de caráter familiar, haverá a existência apenas de pessoas da mesma família, podendo sim, ter a participação de outras pessoas que, geralmente, são contratadas quando se tem há necessidade. Segundo Schneider (1999), além de utilizar a mão de obra familiar, frequentemente existe a necessidade de conciliar a mão-de-obra familiar com a contratada, seja temporariamente ou permanente, quando há a necessidade, ou seja, quando a mão- de-obra existente não está suprimindo a demanda, ou quando há carência da mesma.

2.3 Contribuições do PNAE na vida dos agricultores familiares

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), trata-se de uma evolução de políticas públicas, que teve início em meados dos anos de 1950, e adquiriu sua mais recente alteração em 2009, quando passou a abranger a transferência de renda e compra garantida da agricultura familiar, através das Chamadas Públicas, ou seja, além de possuir objetivos nutricionais e visar a melhoria dos indicadores educacionais, a partir da reestruturação da lei, o PNAE, passou a apoiar a agricultura familiar, objetivando fornecer benefícios aos agricultores familiares e suas organizações coletivas (Brasil, 2017). A participação efetiva dos agricultores familiares no mercado institucional do PNAE promove a valorização do trabalho desses agricultores, viabiliza a geração de renda e qualifica a alimentação consumida pelos estudantes



(Ráu, 2016).

Para fornecer uma maior facilidade e flexibilidade aos agricultores familiares que pretendem participar ativamente do PNAE, a lei estabelece a dispensa de licitações para os processos de compras, adquirindo por sua vez, as Chamadas Públicas, que consistem em um modelo mais simplificado e flexível. É necessário que os agricultores possuam um documento intitulado Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) para se tornarem aptos a participar das Chamadas Públicas. Autores como Caldas; Nonato (2014) e Oliveira; Santos (2015) afirmam que as Chamadas Públicas agem como promotoras do desenvolvimento sustentável e local, pois, além de permitir ao poder público desempenhar suas funções, as mesmas ainda possuem o papel de estimular a economia local e os aspectos econômicos, sociais e ambientais que conduzem as pessoas a obterem acesso a uma melhor qualidade de vida, tanto do ponto de vista do agricultor familiar, quanto do ponto de vista dos estudantes que possuem acesso aos alimentos que lhe são fornecidos via PNAE.

O PNAE desempenha um papel de suma importância na promoção da alimentação saudável, na inclusão da agricultura familiar e na oferta de alimentos para as escolas das redes públicas. Suas modificações ao longo dos anos, principalmente a partir da Lei nº 11.947, 2009, obtiveram um impacto significativo em áreas relativas ao estímulo à agricultura familiar. Ao buscar a promoção e o desenvolvimento da economia local, a qualidade nutricional, a inclusão de produtos frescos e saudáveis na alimentação escolar, o PNAE contribui para a segurança alimentar, a diversificação de alimentos, o fortalecimento da agricultura familiar, a dinâmica social e a interação nas relações dos agricultores familiares, com o mercado institucional do PNAE, visando estabelecer uma conexão entre os mesmos, promovendo uma compreensão acerca das realidades rurais, a valorização dos produtos locais cultivados pelos agricultores e um reconhecimento da importância da produção agrícola local, incentivando-os a seguir com esta produção (FNDE,2023).

A partir da aprovação da nova legislação em 2009, o PNAE passou a ser um grande aliado aos agricultores familiares e um importante instrumento para a aquisição de alimentos da agricultura familiar, o estímulo e apoio fornecido pelo programa possuem grande relevância e importância para o desenvolvimento local, ao permitir aos agricultores familiares a permanência dos mesmos no campo, assegurando a qualidade de vida, e ainda, propiciando o incentivo de empregos e o consumo de alimentos com identificação cultural e produzidos na região (Fuhr; Triches, 2017). A aquisição de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar fornece contribuições para a sociedade em geral, visto que

oferece uma alimentação saudável, completa e diversificada aos alunos, respeitando os hábitos e culturas alimentares e ainda, incentiva os agricultores familiares a produzirem em uma escala maior e com maior qualidade.

Dentre os principais benefícios apresentados pela conexão entre agricultura familiar e Programa Nacional de Alimentação Escolar, destacam-se: o fortalecimento da economia local, aumento na escala de produção, maior diversidade de produtos, minimização do êxodo rural, contribuições para melhoria da qualidade de vida, aumento da renda, maior investimento na produção de alimentos e atenção dos agricultores para formalização do cadastro necessário para que haja a adesão ao programa (Turpin, 2009). Pode-se ainda, afirmar, que a aproximação e a parceria realizada entre os agricultores familiares e os consumidores têm gerado uma maior integração que auxilia na diminuição do êxodo rural e da pobreza, por gerar canais de comercialização e assim aumentar as oportunidades, gerando emprego e renda (Saraiva et al., 2013).

Ao serem analisadas as percepções de agricultores familiares de Espera Feliz em Minas Gerais, os mesmos pontuaram a importância do PNAE no que se refere aos aspectos econômicos e também aos canais de comercialização, os agricultores entrevistados relataram uma melhor qualidade de vida após ingressarem no programa, pois, de acordo com os mesmos, há uma comodidade e flexibilidade maior, por não precisarem mais se deslocar de porta em porta para realizar a venda. A satisfação dos agricultores ao participarem ativamente do PNAE, está condicionada a abertura de um mercado formal, à valorização dos produtos da agricultura familiar local e a garantia de pedidos regulares, o que fornece a estes agricultores uma segurança maior para investirem na produção (Cunha; Freitas; Salgado, 2017).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia aplicada neste estudo consiste em uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória em que a técnica de pesquisa utilizada foi o estudo empírico. O estudo foi realizado na cidade de Floriano-PI, a amostra foi composta por seis agricultores familiares que participam ativamente do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Como critério de inclusão, todos os participantes possuem o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) ativo. A coleta de dados foi obtida a partir de entrevistas, visando analisar qual impacto do PNAE na vida desses agricultores, a mesmas ocorreram entre o período de 10 de setembro a 01 de outubro de 2025, com duração média de 20 a 40 minutos, a partir de um roteiro



de questões dividido em questões relacionadas ao perfil sociodemográfico dos entrevistados e questões focadas nos impactos, benefícios, geração de renda sobre o PNAE. A análise de dados foi realizada por meio de uma análise qualitativa simples, na qual os dados obtidos foram desenvolvidos com inferências e desenvolvidas em discursos e gráficos para facilitar a compreensão e demonstração dos resultados.

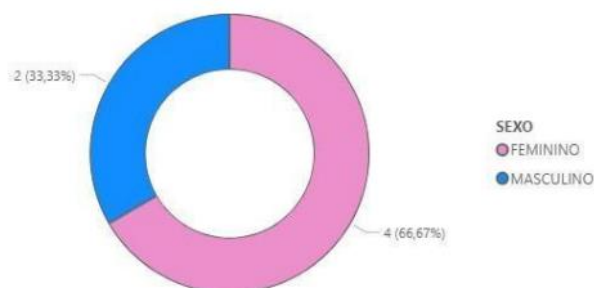
Em observância às Resoluções CNS nº 466/2012 e nº 510/2016, a pesquisa zelou pelos princípios da autonomia, beneficência e justiça. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo informados sobre o caráter voluntário da pesquisa. Para assegurar o sigilo e o anonimato, os entrevistados foram codificados pela letra "A" seguida de numeração (A1 a A6).

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo destina-se a fornecer a apresentação e a análise dos dados coletados durante as entrevistas, em consonância com o objetivo geral de analisar o impacto do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na vida dos agricultores familiares e a questão norteadora da pesquisa: Qual o impacto do Programa Nacional de Alimentação Escolar na vida do agricultor familiar que participa ativamente do programa na cidade de Floriano-PI? Visando à clareza e à objetividade na interpretação dos resultados da coleta de dados, a análise de dados foi organizada em eixos temáticos como: tempo de participação no PNAE, renda, qualidade de vida, pontos positivos e negativos do PNAE, oportunidades fornecidas pelo programa, para facilitar o entendimento e ainda, responder ao questionamento proposto pela pesquisa. o processo de discussão e sustentação dos resultados da pesquisa, a análise será enriquecida pela inclusão de alguns trechos das entrevistas realizadas com os agricultores. Para garantir o cumprimento rigoroso dos princípios éticos da pesquisa, especialmente o sigilo e a confidencialidade do participante, as falas serão identificadas utilizando códigos de A1 a A6. Essa codificação respeita integralmente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e atende as diretrizes estabelecidas pelas Resoluções CNS nº 466/2012 e nº 510/2016.

4.1 Categorização do Perfil Sociodemográfico dos agricultores familiares

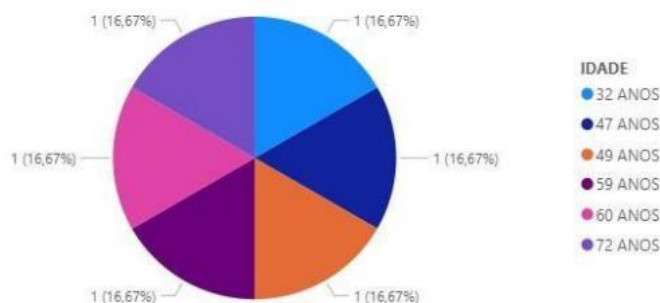
GRÁFICO 1- Sexo dos agricultores familiares



Fonte: Dados da pesquisa de campo, (2025).

A pesquisa demonstra que dos 6 agricultores familiares entrevistados, a maioria é do sexo feminino, sendo, quatro agricultores do sexo feminino, representando 66,67% dos sujeitos e dois do sexo masculino, representando 33,33%. (Questão 5)

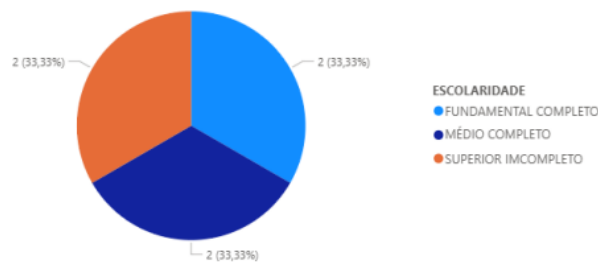
GRÁFICO 2- Idade dos participantes



Fonte: Dados da pesquisa de campo, (2025).

A análise da amostra coletada, por meio das entrevistas, revelou uma notável variedade etária entre os agricultores. As idades dos participantes variaram de 32 a 72 anos, indicando que a pesquisa englobou diferentes gerações e experiências no setor agrícola. (Questão 1).

GRÁFICO 3 - Escolaridade dos agricultores

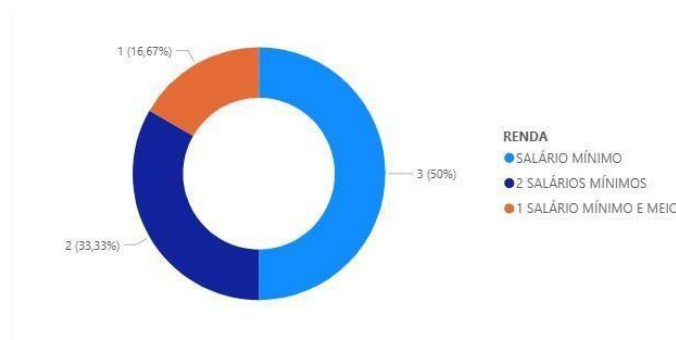


Fonte: Dados da pesquisa de campo, (2025).

O Gráfico 3 detalha os diferentes níveis de escolaridade, entre os agricultores familiares entrevistados. Os dados revelam que a maior parte da amostra, possui ensino fundamental e ensino médio completo, representando 66,66%, sendo que 33,33% possuem ensino fundamental completo e outra amostra de 33,33% possuem ensino médio completo. Destaca-se, porém, também a presença de 2 participantes, com ensino superior incompleto representando 33,33%. (Questão 2)

Os agricultores familiares foram questionados sobre o tempo de atuação dos entrevistados em atividades rurais, os resultados obtidos demonstram um período bastante vasto e evidenciam a existência de uma experiência consolidada na área, o tempo de atuação dos mesmos variam entre 15 a 33 anos, demonstrando que as atividades agrícolas são cultivadas por essas pessoas a muito tempo, ou seja, esses agricultores dedicaram grande parte da sua vida à atividade rural. (Questão 3).

GRÁFICO 4- Renda dos agricultores familiares



Fonte: Dados da pesquisa de campo, (2025).

Em relação à distribuição de renda dos agricultores entrevistados, observou-se que a maioria (50%) alegou possuir uma renda mensal equivalente a um salário mínimo. A segunda

maior proporção (33,33%) reportou uma renda de dois salários mínimos. Por fim, uma menor parcela dos participantes, correspondente a 16,67% (representando apenas um indivíduo), indicou ter uma renda de um salário mínimo e meio. (Questão 6)

Ao se tratar do tempo de participação dos 6 entrevistados no Programa Nacional de Alimentação Escolar, duas pessoas participam do programa a um ano, outros dois entrevistados têm sua participação a 4 anos e os outros dois restantes, informaram fornecer produtos ao PNAE em um período de 6 e 7 anos. O que comprova que apesar do longo período em que o programa realiza as compras de produtos advindos da agricultura familiar, alguns agricultores realizam suas vendas a um pequeno período de tempo, muitas vezes por não conhecerem o programa. (Questão 8)

4.2 Depoimentos dos participantes do estudo.

A partir daqui, são apresentadas as falas e os depoimentos fornecidos pelos participantes deste estudo, tomando o roteiro de questões como norteador. No que diz respeito a pergunta 9 do questionário: Como descobriu o Programa? o entrevistado 3, por sua vez, retrata de forma clara a existência de uma falta de conhecimento sobre o programa, conforme o relato abaixo.

A3- Nós sabemos que existem muitas políticas públicas no papel que ainda não chegaram, mas algumas chegam e poucas pessoas acessam, muitos não acessam por que não conhecem e por que não buscam conhecer, outras é por que não dão credibilidade por que acham que só existe no papel e não se aprofundam, para saber realmente se existe, mas as pessoas que acessam sabem que existe, existe com qualidade é eficaz e o que é melhor, muda vida de pessoas.

Diante do exposto, pode-se confirmar que ainda há uma pequena dificuldade em relação ao acesso dos agricultores familiares ao PNAE, essa dificuldade é multifatorial e se manifesta no fato de que, apesar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) realizar compras de produtos da agricultura familiar há um longo período, uma parcela dos agricultores entrevistados participam do programa há relativamente pouco tempo, as barreiras de acesso não são apenas operacionais, mas também, de comunicação. Conforme o relato do entrevistado acima, muitos agricultores não acessam as políticas públicas por acreditar que só existem no papel. Ainda a partir do questionamento informado acima: Como descobriu o Programa? foram coletadas as seguintes respostas fornecidas a seguir:

A1- Através dos editais, quando é no tempo, está se aproximando, o pessoal dos colégios procura as entidades, passam os editais informando da chamada pública e também através da televisão, meios de comunicação.

A2- Através de um amigo que me apresentou o programa e me convidou para participar.

A3- Eu descobri o programa pois sou uma pessoa muito atenta nas novidades, nas políticas públicas, então sempre acompanho o PAA, o PNAE, até mesmo para divulgar para os outros agricultores, nós temos um grupo de

agricultores onde sempre mandamos editais, e aí uma amiga já vendia, que ela já vende a alguns anos e quando baixaram a chamada pública, eu disse a ela que tinha interesse, ela me auxiliou e eu coloquei.

A4- Através de comunicação em programas de rádio.

A5- Nós temos algumas organizações que nos orientam nesse sentido, e uma delas é a Cáritas Diocesana, que atua no nosso meio e nos foi informado que teríamos essa possibilidade de estar participando do PNAE, então é uma das fontes.

A6- Através de outras pessoas que já conheciam e forneciam.

Constata-se, portanto que o Programa Nacional de Alimentação Escolar carece de um meio efetivo de divulgação para que os agricultores familiares consigam ter acesso ao programa e entender mais sobre o funcionamento, visto que, alguns dos entrevistados só obtiveram conhecimento e acesso a essa política através de um amigo ou conhecido que o apresentou o programa, evidenciando o que foi dito pelo entrevistado 3, que as pessoas que já participam do programa sabem da sua eficácia e benefícios e por isso, se sentem seguros a indicarem o programa a outros agricultores. Esse ponto demonstra uma falha na comunicação institucional sobre a existência e funcionamento do programa. Corroborando com o estudo realizado por Bastos et al., (2024) que afirmam a existência de uma falta de compreensão dos agricultores sobre como funciona o programa e sobre sua existência, bem como a baixa divulgação do PNAE para que o programa possa obter maior visibilidade, e ainda, com o estudo de Santos e Galizoni, (2021) que traz a informação sobre um baixo engajamento dos municípios em relação a participação no programa.

Ao serem questionados sobre exercerem outra atividade trabalhista que difere da atividade rural, na questão 4, apenas um dos participantes afirmou realizar outra atividade, enquanto todos os outros agricultores responderam que não realizam nenhum outro tipo de atividade laboral. Constatando assim, que a grande maioria dos agricultores entrevistados se dedicam exclusivamente à agricultura familiar ou realizam outras atividades, porém todas voltadas à atividade rural, assim como informou o entrevistado 2.

A2- Não, tudo o que eu faço é voltado aqui para horta, tudo voltado para a agricultura, porque eu mexo com as hortaliças, mas eu faço doce de banana, faço doce de mamão, tenho uns pés de caju e no tempo do caju eu aproveito para fazer as polpas, tenho pés de manga, aproveito para fazer as polpas, mas, tudo dentro da atividade.

Na questão 7 do apêndice os agricultores entrevistados foram questionados em relação ao tempo em que residem no meio rural, as respostas obtidas revelam um grande vínculo com o meio rural existente entre os mesmos, a grande maioria dos entrevistados tem uma longa permanência nesse ambiente, variando de 5 anos a 49 anos o que indica que eles fazem parte desse meio há um período considerável. Especificamente, duas pessoas (com 47 e 49 anos)

residem no meio rural desde que nasceram, até os dias atuais.

Os entrevistados foram indagados sobre participaram de outro programa destinado à agricultura familiar (questão 21 do apêndice), a partir das respostas obtidas apenas um dos entrevistados participa apenas do Programa Nacional de Alimentação, enquanto, os outros 5 entrevistados participam de outros programas de apoio, sendo eles, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa de Aquisição Estadual (PAS) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Constata-se que, essa distribuição de participação sugere a existência de uma pequena parcela de agricultores que buscam conhecer e aderir a diversas políticas públicas de apoio ao segmento.

Levando em consideração a pergunta anterior, os agricultores ainda foram questionados sobre o fornecimento a outros clientes (questão 16 do apêndice), os 6 participantes informaram que realizam vendas para outras pessoas e não apenas para os programas, sendo que alguns vendem na feira, na horta e para os supermercados. Porém, a maior fonte renda, ainda segue sendo a renda obtida pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. Alguns dos entrevistados afirmam a realização das vendas em outros canais que não seja o programa:

A5- Então, além do PNAE, nós temos feiras, que acontecem na cidade todas as quartas-feiras, em locais públicos. e que tenham maior visibilidade e o fluxo de pessoas que possam estar vendo o nosso produto. Porém com o programa conseguimos vender em maior quantidade.

A6- Sim, tem outros clientes, tem atravessadores que são pessoas do mercado e a comunidade em geral aqui ao redor da horta.

Quando indagados sobre a importância do PNAE na trajetória de vida pessoal e profissional (questão 10), o que foi citado mais recorrente dentre as respostas foi o incentivo fornecido pelo programa, a oportunidade e flexibilidade de escoar a produção, a renda obtida e a visibilidade fornecida pelo programa ao agricultor familiar. Um dos agricultores entrevistados mencionou:

A2- Para mim é muito bom, primeiro porque aumenta as atividades da gente fazer na horta, porque você tem que prestar conta dos produtos, então é uma terapia, e financeiramente já ajuda bastante e também através desses programas vem as parcerias, os incentivos, as oficinas que ensinam a gente como manejar a produção.

Outras falas importantes citadas foram a dos entrevistados A3 e A4 (questão 10), que também retratam e afirmam a importância da existência do programa para o agricultor familiar.

A3- A partir do PNAE eu vi a oportunidade de escoar mais rápido a minha produção e com um cronograma de entrega, é um incentivo para o agricultor não ter aquele êxodo rural e se manter no campo, então a importância do PNAE é exatamente essa, é além de você ter uma renda, você se fixar com campo. O PNAE me abriu os olhos de forma que nenhuma outra política me



abriu, sem falar que você sabe que está ajudando pessoas, principalmente alunos a terem uma alimentação saudável, a saber que a partir daquela sua produção agrícola vai ajudar pessoas que estão buscando conhecimento, isso é sem preço.

A4- Hoje o PNAE é importante na minha trajetória de vida porque eu tenho como escoar minha produção e melhorou bastante a renda familiar, porque antes a gente cultivava e não tinha destino para escoar, ou seja, não tinha destino certo para aquela produção, hoje com o PNAE a gente tem lugar certo para fazer essa escoação.

A partir das repostas obtidas, podemos perceber que o PNAE vai além de apenas uma política pública, sendo entendida pelos agricultores como um apoio e incentivo para que eles possam seguir firmes na atividade e na produção que desenvolvem, e não tenham a necessidade de se evadir do campo, até a cidade para procurar outras atividades, assim como, afirma uma entrevistada na pesquisa de Almeida *et al.*, (2024), ela declara que, é gratificante você receber pelo produto e saber que o seu produto irá alimentar escolas e, muitas vezes crianças que não tem condições. Outro estudo em concordância com a pesquisa em questão, é de Santos e Anjos, (2024), no qual uma entrevistada afirma que o PNAE veio para fortalecer a agricultura familiar e reduzir as dificuldades em relação a escoamento dos produtos, pois, quando as vendas eram realizadas apenas na feira, aconteciam em pequenas quantidades e muitos alimentos acabavam se perdendo, por não ter para quem vender, assim como afirma o entrevistado 1 da atual pesquisa.

A1: Antes, para mim colocar minhas verduras, antes eu até saía com a bicicletinha e o caixote de porta em porta tentando vender, e hoje eu não faço mais isso e hoje, eu já estou sabendo onde vou colocar.

Em sintonia com este achado, o estudo de Cunha, Freitas e Salgado, (2017) afirma que os agricultores entrevistados relatam uma melhor comodidade e flexibilidade ao se integrarem no programa, já que não há mais a necessidade de os mesmos se deslocarem de porta em porta para realizarem suas vendas. Então, pode-se comprovar que o Programa Nacional de Alimentação Escolar facilita a venda e a escoação dos produtos dos agricultores, pela facilidade que os mesmos tem para fornecer a sua produção ao PNAE, visto que, só é necessário a obtenção do Cadastro Nacional de Agricultura Familiar, a elaboração do projeto de venda e a disponibilidade de levar os produtos até as escolas e entidades na qual irão realizar as compras.

Na pesquisa em questão os agricultores entrevistados ao serem questionados sobre o aumento de renda (Questão 14), forneceram as seguintes respostas informadas abaixo. É importante mencionar que, a partir das repostas obtidas em relação à geração e aumento de renda adquiridos com as vendas realizadas no Programa Nacional de Alimentação Escolar, é perceptível que esta política pública tem, sim, contribuído para uma melhoria na qualidade de



vida dessas pessoas que forneceram as entrevistas, sendo que 100% dos agricultores participantes citaram a obtenção de um aumento significativo na sua renda e da sua família, a partir dos recursos advindos das vendas realizadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, sendo que alguns dos agricultores entrevistados até citaram as conquistas de alguns bens que foram adquiridos pelos mesmos, com os valores obtidos a partir das vendas realizadas ao PNAE.

A1: Senti total diferença na minha renda, porque se eu fosse esperar só pela minha aposentadoria, que é uma bênção que Deus me deu, porém eu tenho a renda do PNAE que é uma extra. A manutenção do meu carro é realizada com o dinheiro do programa, então trouxe uma diferença na minha qualidade de vida.

A2- A renda obtida a partir do que eu produzo e vendo, já serve para eu comprar outras coisas para minha casa, desde quando eu comecei a trabalhar com isso para vender aos programas eu já conquistei várias coisas, eu tenho uma moto que foi comprada apenas com o dinheiro daqui, tenho uma máquina de costura e várias outras coisas.

A3- A partir dessa renda que você descobre que tem, você tem a oportunidade de melhorar a sua qualidade de vida e ainda, implementar para aumentar a sua produção agrícola com qualidade e viver de forma saudável, melhora a rentabilidade e é uma oportunidade de aumentar a sua renda. Você consegue programar as suas obrigações financeiras, através desse recurso que entra a mais, você consegue porque existe datas, no PNAE você faz a entrega do produto e todo mês você recebe o repasse. Eu sou tão satisfeita com o que eu vendo, com o que eu forneço para a agricultura, por que antes eu não fornecia era nada eu tinha o produto só consumia ou dava de presente e hoje eu consigo ver dinheiro quando eu vejo o meu produto, quando eu produzo.

A4- Melhorou bastante a renda. Olha para falar assim sobre a questão financeira, melhorou bastante porque eu consegui comprar meu próprio transporte através do programa PNAE, consegui com o meu trabalho, com lutas dificuldades, mas eu consegui conquistar um bem para trabalhar, por exemplo hoje eu tenho condição de pagar uma escola para minha filha, tenho condição de colocar ela em uma escola particular, a partir da renda obtida pelo PNAE.

A5- Uma das motivações para participar do programa, é claro, que é a complementação de renda, com os recursos das vendas, você consegue adquirir melhorias para o seu bem estar social, o PNAE aumentou muito a minha renda porque é um dos problemas em que se viu uma valorização maior ao que nós produzimos.

A6- A renda é importante por que a gente consegue vender para o programa em grande quantidade, hoje tudo que eu tenho é a partir das vendas que eu realizo para o PNAE e o PAA eles foram fundamentais para que eu tenha chegado onde eu cheguei, graças A Deus hoje eu tenho 3 casas, tudo comprando com o dinheiro do PNAE, eu tenho meu transporte, então eu vejo que ele foi um divisor de águas na minha vida e tudo que eu proporciono aos meus filhos é através do meu trabalho e dessas vendas que eu faço.

A análise de dados, realizada a partir dos dados coletados nas entrevistas da pesquisa, manifesta em todos os casos entrevistados que o PNAE tem a capacidade de gerar e elevar renda, visto que a totalidade dos 6 participantes entrevistados na pesquisa confirmou esse impacto positivo, não havendo nenhuma divergência de opiniões entre os entrevistados. Corroborando com o estudo de Souto *et al.* (2020), realizado no município de Santa Luzia na Paraíba, no qual os agricultores ao serem questionados sobre o aumento de renda, 100% dos mesmos, citaram a obtenção de uma elevação de renda significativa, após a sua participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Portanto, essa política que visa gerar e elevar a renda dos agricultores familiares, está cumprindo o seu papel e atingindo a este objetivo.

Em concordância com alguns estudos utilizados durante essa pesquisa, como o de Silva (2013) e Schneider (2013) na qual citam as melhorias informadas pelos agricultores entrevistados, que surgiram em suas propriedades a partir da renda obtida, que é vista por eles como uma grande vantagem, outro ponto citado é a veracidade de que realmente receberão os recursos advindos da venda, por se tratar de um programa federal, assim como citado pela entrevistada 3 deste estudo:

A3- A forma de como você recebe o ressarcimento do seu produto, a forma como é feito o pagamento é de imediato, existe datas, no PNAE você faz a entrega do produto e todo mês você recebe o repasse, não é esse negócio, ah vai atrasar, atrasou ou qualquer coisa do tipo é muito sério, eu acho assim que foi assim um avanço muito grande para a agricultura para os agricultores, porque pelo reconhecimento dessa política pública de que você recebe seu pagamento pelo seu produto, pela venda do seu produto, todos os meses, você não fica naquela preocupação de não colocar porque não foi pago, não tem isso, você colocou, já recebeu, e o melhor de uma forma muito séria.

Após serem questionados sobre aumento de renda, outro questionamento realizado aos agricultores foi: Na sua qualidade de vida, houve mudanças após sua participação no programa? Quais? (Questão 13), visto que, a qualidade de vida está ligada a essa geração e aumento de renda. Teixeira *et al.* (2020) afirmam que o programa promove a inclusão social, traz melhorias e qualidade de vida ao produtor, facilita o acesso a novos mercados e estimula uma maior variedade e diversificação na produção dos agricultores. Assim como, Fuhr e Tiches (2017) e Triches e Schneider (2010), descrevem que, o PNAE a partir da sua nova lei aprovada em 2009, passou a fornecer estímulos e apoios aos agricultores assegurando uma melhoria na qualidade de vida dessas famílias produtoras. Ao serem indagados em relação a qualidade de vida (Questão 13), os agricultores familiares entrevistados forneceram as seguintes respostas:

A1- Sim, sim, trouxe grande comodidade para minha vida, trouxe aumento de renda, só em você saber onde vai colocar, já facilita bastante, é uma venda certa.

A2- Sim, por aumentar a renda, o ganho financeiro, o aprendizado, até mentalmente porque tem muito com que eu ocupar a mente, só em já ter um local certo para eu fornecer meus produtos, já é uma benção.

A3- O PNAE trouxe qualidade de vida e me despertou para melhorar a minha produção, pois valoriza o produto, valoriza a mão de obra, valoriza o meu trabalho, me trouxe a oportunidade de me manter no campo, aumento de rentabilidade, por abrir novos mercados.

A4- Houve, por exemplo hoje eu tenho condições de pagar uma escola para minha filha, tenho como fornecer a ela uma educação de qualidade, tinha muito agricultor que antes de participar ele não tinha sequer nada, não conseguia nem produzir porque era desmotivado, não tinha meios de escoar a produção e hoje através do programa ele está bem-sucedido, está mais motivado a produzir pois já sabe para quem escoar.

A5- Sim, porque com os recursos da venda você consegue melhorias para sua vida, além de está fornecendo uma visibilidade maior aos produtos, fornecendo vários benefícios por complementar a renda, ajuda a crescer a nossa produção pois a gente entende que plantando, teremos para quem vender e também uma valorização maior em relação ao preço do que produzimos.

A6- Sim, a gente quando entrega passa a ter uma conscientização de ter uma saúde com mais qualidade por exemplo, antigamente a maioria da produção era só para consumo e hoje em dia não, então se eu consigo colocar na minha cabeça que isso me proporciona uma vida melhor, porque se eu consigo ganhar dinheiro e ter uma renda a partir disso, minha vida vai melhorar, então tudo que eu proporciono aos meus filhos, a minha família também é através do meu trabalho e dessas entregas.

A análise das respostas demonstra que o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) tem uma influência clara na qualidade de vida dos agricultores. Essa melhoria é uma consequência direta do programa aumentar a renda, oferecer maior comodidade e flexibilidade, e abrir novos e importantes canais de comercialização, garantindo benefícios tangíveis para a rotina e a sustentabilidade das atividades agrícolas. Em concordância com Teixeira *et al.*, (2020) que afirmam que o programa promove a inclusão social, fornece melhorias na qualidade de vida do produtor, facilita o acesso aos mercados e fornece estímulos à produção e diversificação e com Turpin (2009) que em seu estudo, destaca as contribuições para melhoria da qualidade de vida ofertadas pelo PNAE, um dos principais benefícios apresentados entre a conexão existente de agricultura familiar e Programa Nacional de Alimentação Escolar. Após serem indagados sobre melhorias e qualidade de vida, os agricultores foram questionados sobre oportunidades.

Em relação ao seguinte questionamento: Na sua visão, o PNAE oferece oportunidades? Explique como. (Questão 11) Os 6 agricultores familiares entrevistados citaram entre as respostas a abertura de mercado, a garantia de ter para quem vender aquilo que produzem, a oportunidade de escoar de maneira mais rápida, a melhoria na qualidade de vida, a possibilidade de evitar o êxodo rural, o reconhecimento da atividade agrícola e a oportunidade de expansão

da produção. Portanto, podemos comprovar que o PNAE se trata de um grande aliado para os agricultores familiares por todos os benefícios que fornece e comprovar que o programa realmente oferece oportunidades para o agricultor familiar.

Além de serem questionados em relação às oportunidades, os agricultores também foram indagados sobre os desafios para a permanência no programa (Questão 18), dentre as respostas fornecidas foram citadas a burocracia, o longo período em ser divulgado os editais, o baixo valor de compra dos produtos, a logística, a adaptação e a concorrência. Dentre esses desafios, a afirmação mais frequente foi em relação à logística, ou seja, o processo de o agricultor necessitar realizar a entrega dos produtos diretamente no local destinado a qual realizou a venda, ao invés de o órgão que irá receber os produtos realizar a coleta. Assim como foi citado por alguns entrevistados da seguinte pesquisa:

A1- Uma questão muito séria é a questão da logística, a maioria dos colegas aqui, eles não querem participar do PNAE, porque você tem que entregar, geralmente, o PNAE não dá transporte, não vem pegar, aí tem uns colegas que acham que se ele gastar um pouco, ele acha que já não vai mais ganhar.

A4-A questão logística dificulta muito para aquele agricultor familiar que não tem o transporte, então ele tem muita dificuldade de participar, de escoar sua produção. Muitos acabam ficando de fora por não ter essa condição de levar os seus produtos até as escolas, seria importante se o Estado ou Município tivesse aquele carro aquedado para ir até a zona rural, buscar a produção desses agricultores.

Essa análise prova que, apesar dos inegáveis benefícios advindos dos inegáveis benefícios advindos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e o marco fundamental na valorização da agricultura familiar, persistem entraves e desafios operacionais e estruturais que dificultam a plena efetividade do programa. Contudo, é fundamental ressaltar que, apesar desses obstáculos, em geral, em geral, os pontos positivos superam amplamente os pontos negativos, reforçando a importância dessa política pública e as oportunidades fornecidas por ela para a agricultura familiar, nos contextos citados, visto que, o PNAE contribui não apenas para o fortalecimento da renda das famílias agricultoras, mas também, para o estímulo à produção local, a diversificação da oferta de alimentos mais saudáveis e de qualidade alimentar nas escolas públicas.

A partir disso, é importante discorrer sobre os desafios operacionais e estruturais persistentes que demandam uma atenção contínua e aprimoramento da gestão do PNAE. Dito isso, os agricultores familiares também foram questionados sobre pontos positivos e negativos que eles identificam no Programa Nacional de Alimentação escolar (Questão 19), na qual em sua grande maioria os pontos positivos envolvem a geração de emprego e renda, a qualidade de vida, minimização do êxodo rural, oportunidade de escoar, visibilidade, valorização da



atividade rural, dentre outros, enquanto os pontos negativos são apresentados em menores quantidades e contidos em logística, burocracia, edital etc. Com base nos dados contidos, podemos identificar de forma clara e eficaz que os pontos positivos se sobressaem em relação aos negativos. Os negativos se concentraram, em sua maioria, em problemas logísticos e valores de compras do produto abaixo do mercado, sendo que, a logística por sua vez, envolve a necessidade de o agricultor necessitar realizar a entrega diretamente nas escolas, visto que, o PNAE não realiza a retirada de produtos. Contudo, são pontos que precisam ser revisados e corrigidos, para uma melhor eficácia do Programa Nacional de Alimentação Escolar, assim como, para garantir um bom funcionamento e uma maior participação ao programa.

Dito isto, pode-se comprovar que o Programa Nacional de Alimentação Escolar cumpre o seu papel e o seu objetivo como política pública de fornecer o desenvolvimento, pois, a partir da aprovação da nova lei em 2009, o programa passou a buscar a promoção e o desenvolvimento da economia local, qualidade nutricional e o fortalecimento da agricultura familiar. Os agricultores concordam que há a existência deste desenvolvimento local, econômico e também o pessoal, que se estende do agricultor familiar até os estudantes. Confirmando o que foi dito por Bastos *et al.*, (2024) no seu estudo na qual afirmam que, o PNAE promove o desenvolvimento humano e também o social, estimulando o agricultor a produzir cada vez mais, pois ele terá onde escoar.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar tem sua contribuição para desenvolvimento local e regional comprovada, em especial por meio do estímulo fornecido à agricultura familiar. Considerando este panorama, a pesquisa também visou identificar os benefícios fornecidos por esse programa aos agricultores familiares, a partir do seguinte questionamento: A sua participação neste programa trouxe benefícios para sua vida? Quais? (Questão 12). Conforme as respostas obtidas, a complementação de renda destacou-se como o benefício mais citado pelos agricultores entrevistados, no qual 4 de 6 citaram, logo após de destino certo para escoar os produtos, a possibilidade de fornecer em grandes quantidades e a melhoria na qualidade de vida. Essa diversidade de retornos positivos comprova que, o PNAE tem a capacidade de agregar diversos benefícios à vida dos seus participantes, comprovando que, desde a reestruturação da lei em 2009, o programa é capaz de fornecer benefícios aos agricultores familiares e ainda, ser um grande aliado à inclusão dos agricultores nos mercados institucionais de compras públicas.

Os agricultores também foram indagados sobre a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar para a agricultura familiar (Questão 20), visto que, o programa é um



grande aliado para fomentar o reconhecimento, incentivo e valorização da agricultura familiar e dos participantes do programa. Dentre as respostas fornecidas pelos mesmos foram citadas a oportunidade de se manter no campo, a renda, a qualidade de vida, a abertura de novos mercados, a valorização da atividade rural familiar, comprovando desta maneira que o Programa Nacional de Alimentação Escolar tem um papel ativo e eficaz sobre a agricultura familiar, visto que, os agricultores entrevistados comprovaram que o programa é importante para o segmento da agricultura familiar, a partir dos benefícios e oportunidades e que fornecem aos agricultores participantes. Abaixo estão alguns depoimentos dos participantes sobre essa questão:

A3- É importante pois fornece ao agricultor a oportunidade de se manter no campo, evitando a evasão rural, traz qualidade de vida, aumenta nossa rentabilidade, abre novos mercados, então é importante demais para nós como agricultores.

A4- Ah, ele é muito importante porque o PNAE chegou para a agricultura familiar agregando valores, antes era uma dificuldade muito grande, tinha outras políticas de apoio a agricultura, mas, muito difíceis de acessar, era muito restrito, aí chegou o PNAE, dando oportunidade de trabalharmos com o que já tínhamos que é a nossa produção e foi até as bases, então agregou muito valor pra nós agricultores, hoje muitos tem sua casa própria que conseguiu através do programa, eu conheço pessoas, porque é uma poupança, uma renda extra para o agricultor que produz e tem para quem vender e vender em grande quantidade.

A6- Eu acho importantíssimo por que é um incentivo para o agricultor, antigamente o agricultor só produzia para consumo dele e da família, e pouco vendiam hoje não, digo isso por que sou neta de agricultores e tudo que era produzido na roça era para nossa alimentação e hoje nós temos programas de apoio, a gente pode produzir tanto para casa, como para venda e principalmente para vendam porque nós temos para quem vender, então é importante e beneficia a mim e a minha família.

De acordo com FNDE (2023), o Programa Nacional de Alimentação Escolar é de grande importância para inclusão da agricultura familiar, o estímulo desse modo de trabalho e tem grande impacto positivo pois fortalece a agricultura familiar, fornecendo uma valorização aos produtos cultivados pelos agricultores e busca promover um reconhecimento sobre a importância da produção agrícola. As falas coletadas durante e apresentadas acima, corroboram com os estudos de Nunes *et al.* (2018) e Teixeira *et al.* (2020), os autores afirmam que o Programa Nacional de Alimentação Escolar é uma política pública de inclusão da agricultura familiar, pois contribui de diversas formas para o desenvolvimento e fortalecimento dessa atividade.

As repostas fornecidas pelos agricultores frisam a importância do PNAE para a valorização da agricultura familiar, a abertura de novos mercados, a participação do agricultor familiar nos mercados institucionais do PNAE e a geração de renda. Assim como, citado pelos

agricultores familiares entrevistados na pesquisa de Cunha, Freitas e Salgado (2017), na qual os mesmos relatam que obtiveram uma melhor qualidade de vida depois que entraram no programa, por terem uma comodidade e flexibilidade, e ainda não necessitarem vender de porta em porta. A satisfação desses agricultores está condicionada à abertura de mercado formal, à valorização dos seus produtos e à garantia de pedidos regulares, pois tem a quem escoar os seus produtos.

Os agricultores entrevistados durante a entrevista foram questionados e indagados a responderem questionamentos voltados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, os benefícios que o programa fornece, se realmente gera renda, os seus pontos positivos e negativos, os desafios para permanência. Portanto visando avaliar de maneira mais sólida qual o impacto do Programa Nacional de Alimentação Escolar na vida do agricultor familiar na cidade de Floriano-Pi, foi solicitado durante a entrevista que os agricultores familiares descrevessem e detalhassem sobre a suas vidas antes e depois da participação no programa (Questão 23), para fornecer ao estudo uma robustez maior e informações mais claras e objetivas sobre o impacto desta política pública e assim, responder a questão norteadora A partir disso foram fornecidas as seguintes respostas fornecidas no quadro 3:

Quadro 3- Descrevendo antes e depois da participação no PNAE

ANTES DO PNAE	DEPOIS DO PNAE
A1- Precisava sair de porta em porta para realizar a venda, tinha uma renda menor.	A1- Hoje é uma venda certa, é uma renda extra que eu tenho, é um aprendizado, uma oportunidade de entregar, de vender o meu produto.
A2- Antes do PNAE, eu tinha que trabalhar aqui e esperar, ou bater de porta em porta para tentar vender as hortaliças, chegava até a estragar, por não ter tanta saída.	A2- Hoje, com o PNAE eu tenho um local certo para escoar, que já me traz uma facilidade, eu tenho uma renda extra e certa todos os meses, eu consigo adquirir minhas coisinhas.
A3- Antes eu não tinha pessoa certa para escoar meus produtos, era alguma eventualidade que eu tinha de vender como ambulante, tipo assim, fulano, você quer?	A3- Hoje, eu tenho um destino certo para escoar minha produção, então, isso traz uma tranquilidade, eu não vou ficar preocupada por que eu já tenho para quem fornecer o meu produto, eu já sei quanto vou arrecadar no mês, aí é tranquilo, basta você cuida da produção, esperar o período de escoar e aguardar o pix.
A4- Antes era bem difícil, tínhamos que sair 3 horas da manhã para vender no mercado central, tentar vender e eram muitas dificuldades.	A4- Hoje com esse canal que surgiu para gente, melhorou muito para nós agricultores, consigo vender em mais para o PNAE e obter mais renda do que vendendo para o mercado em geral.
A5- Antes, a gente plantava, produzia mais ficava na insegurança de para quem nós	A5- Hoje, a gente percebe que tudo que a gente produz, corre menos risco de estragar,



venderíamos, então não tinha essa facilidade, faltava uma visibilidade.	mesmo plantando em grande escala, pois hoje, nós temos os compradores. Hoje, também tenho uma renda maior.
A6- Produzia apenas para consumo e realizar pequenas vendas, mas, sem muita expectativa.	A6- Como eu já tinha dito, o PNAE para mim foi um divisor de águas, hoje, tudo que eu tenho eu conquistei através dele, então para mim, foi uma mudança de vida, hoje tenho qualidade de vida.

Fonte: Dados da pesquisa de campo, (2025).

Para fins informativos, os agricultores familiares foram questionados sobre quais produtos eles fornecem ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. As respostas levantadas indicam que a oferta de produtos é bastante diversificada, a maioria dos produtos fornecidos consistem em hortaliças, legumes e verduras. Contudo, todos esses alimentos que são vendidos pelos agricultores ao Programa Nacional de Alimentação Escolar podem ser utilizados de diversas maneiras para complementar a merenda escolar, trazendo qualidade nutricional e alimentação saudável aos estudantes.

Na seção a seguir serão fornecidas as considerações finais em consonância com o objetivo geral do estudo e ainda, realizando uma análise dos achados de forma completa e diversificada.

5 CONCLUSÕES

A partir da investigação realizada no presente estudo, que se debruçou sobre: Qual o impacto do Programa Nacional de Alimentação Escolar na vida do agricultor familiar que participa ativamente do programa na cidade de Floriano-PI? as análises e discussões apresentadas permitem confirmar a relevância e os impactos positivos e transformadores desta política pública. Os resultados obtidos por meio das entrevistas realizadas com os 6 agricultores entrevistados, os quais relataram suas vivências e experiências, demonstram o sucesso do programa em atingir os seus objetivos, principalmente no que tange à geração e a complementação de renda, à abertura e garantia de mercados e de vendas e às melhorias tangíveis obtidas na qualidade de vida dos mesmos.

A questão norteadora foi respondida a partir dos diversos relatos obtidos através das entrevistas, na qual os agricultores entrevistados afirmam os impactos que o Programa Nacional de Alimentação Escolar trouxe nas suas vidas, com a melhoria, geração e aumento de renda, a facilidade e flexibilidade de venda e produção, a oportunidade de crescer e de escoar a produção, a minimização de êxodo rural, a oportunidade de conquistar novos bens e realizar



sonhos, assim como de ter uma maior comodidade e qualidade de vida.

Com base nos dados analisados por esta pesquisa, os agricultores entrevistados confirmaram e detalharam com exemplos as conquistas pessoais e familiares obtidas por eles, por meio do PNAE. O programa além de ser um canal de venda institucional e uma fonte de complementação e aumento de renda, ainda oferece a eles um destino certo para escoar a produção, garantindo estabilidade, flexibilidade e atua como um grande incentivador para a fixação do agricultor no campo e o crescimento das atividades agrícolas.

Em relação ao objetivo geral do presente estudo que consiste em: Analisar o impacto do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na vida dos agricultores familiares em Floriano-PI, é importante frisar que o mesmo foi alcançado assim como comprovado, na seção de resultados e discussões, na qual traz os relatos e depoimentos dos agricultores entrevistados, em que os mesmos fornecem e citam os impactos que o programa fornece na qualidade de vida, geração de renda, oportunidade de escoar, minimização da evasão rural, o aumento e a diversificação de produção, abertura de novos canais de comercialização, entre outros pontos que impactam de forma positiva a vida desses agricultores.

O presente estudo foi estruturado em torno de quatro objetivos específicos formulados para responder ao problema de pesquisa de maneira clara e abrangente, os mesmos se dividiram em: 1- Descrever o perfil sociodemográfico dos agricultores familiares, pode-se comprovar que esse objetivo foi atingido, por meio da aplicação de entrevistas que coletaram os dados sobre sexo, idade, renda, escolaridade, para que fosse possível atingir esse objetivo de categorização, com os dados coletados foram elaborados gráficos e tabelas para facilitar a compreensão e descrever esse perfil sociodemográficos dos participantes. 2- Contextualizar agricultura familiar, a seção 2.2 do referencial teórico, dedicou-se a abordar esse objetivo, visto que, fornece conceitos sobre agricultura familiar, envolvendo os conceitos utilizados no Brasil, o surgimento dos conceitos, quem ou não pode ser considerado como um agricultor familiar e acessar aos benefícios. 3- Conhecer as diretrizes e objetivos do PNAE, a seção 2.1 foi dedicada a este objetivo, a mesma é apresenta de maneira clara os objetivos e as diretrizes que regem o funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, visando facilitar a compreensão do tema proposto. 4- Desvelar se o PNAE contribui para melhores condições, qualidade de vida e renda dos agricultores familiares em Floriano-Pi, foi alcançado, visto que durante a seção 2.3 do referencial teórico é apresentado diversos estudos que comprovam as contribuições do PNAE na vida dos agricultores familiares e ainda, os resultados e discussões fornecem as falas dos agricultores que confirmam o impacto dessa política pública na vida dos mesmos,

principalmente no que tange a qualidade de vida e a geração de emprego e renda. Portanto todos os objetivos foram alcançados, visto que são fornecidas evidências empíricas diretas, a partir dos estudos apresentados, as falas dos agricultores participantes, os gráficos e tabelas elaborados que confirmam o impacto, os benefícios e oportunidade do programa.

Contudo, para que o PNAE alcance plenamente seu potencial e beneficie cada vez mais agricultores, são necessárias algumas mudanças estruturais, citadas aos longos dos resultados, sendo a principal a logística de entrega, visto que, a obrigação do agricultor de realizar o transporte dos produtos até a escola, foi citado como um ponto negativo, que gera desmotivação e reduz a lucratividade. Portanto, é algo que exige uma reavaliação pelos responsáveis do PNAE, outro ponto, é a baixa divulgação, que acaba dificultando o acesso de novos agricultores ao programa. Uma comunicação institucional mais eficaz, tornaria o programa mais robusto e capaz de acessar cada vez mais pessoas.

O tamanho reduzido da amostra de entrevistados, que foram apenas 6, embora suficiente para a abordagem qualitativa e aprofundada nas percepções, constitui uma limitação para esta pesquisa. O estudo se restringiu a uma área geográfica específica, o que implica nos desafios e oportunidades identificados, como a questão de logística, não são uma característica de todas as localidades, sendo apenas do local na qual a entrevista se realizou. Outra limitação a ser encontrada foi a dificuldade de encontrar agricultores que participassem do Programa Nacional de Alimentação Escolar e quisessem participar das entrevistas. Com base nas limitações e nos achados da pesquisa sobre o PNAE, as indicações para pesquisas futuras devem se concentrar em expandir o escopo dos estudos e aprofundar nos pontos críticos identificados, podendo realizar um estudo com amostra maior para permitir uma generalização mais detalhada, entrevistar os atores-chave do PNAE para entender suas dificuldades (ex.: qualidade da entrega, sazonalidade, burocracia) e como a articulação intersetorial pode ser fortalecida ou avaliar a percepção e o consumo dos alunos em relação aos alimentos in natura fornecidos pelos agricultores familiares, mensurando o real impacto do PNAE, na promoção da alimentação saudável.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

ALMEIDA, K. M.; LIRA, M. C.; SILVA, A. D.; MACEDO, L. M. H.; NASCIMENTO, M V.; SILVA, J. C. B. V.; RIBEIRO, R. R. A.; RODRIGUES, J. B. S. AGRICULTURA FAMILIAR ADJUNTA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: SUAS POTENCIALIDADES E DIFICULDADES NO MUNICÍPIO DE BOQUEIRÃO –PB. **Revista Contemporânea**, /S.

l.], v. 4, n. 3, p. e3483, 2024. DOI: 10.56083/RCV4N3-005. Disponível em:
<https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/3483>

BASTOS, R. C; LORETO, M. D. S; BIFANO, A. C. S; DOULA, S. M. Representações Sociais do PNAE sob a ótica dos executores e agricultores familiares: um estudo de caso do município de Coimbra (MG). **SER Social**, Brasília, v. 26, n. 54, janeiro/junho, 2024B. DOI: https://doi.org/10.26512/ser_social.v26i54.37103 Disponível em:
https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/37103

BRASIL. **Decreto nº 1.946**, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28 jun. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm. Acesso em: 12 de nov. 2024.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Histórico, 2017**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>. Acesso em: 05/04/2024.

BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, 24 jul. 2006. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e está regulamentada atualmente pela Resolução CD/FNDE nº 06, de 8 de maio de 2020 e suas alterações. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jun. 2006. Disponível em:
[ww.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae](http://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae). Acesso em: 12 de nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Lei nº 11.947**, de 16 de julho de 2009. Brasília: FNDE, 2009. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/1ccr/pnae.html>. Acesso em: 22 ago. 2024.

CALDAS, E. L; NONATO, R. S. Compras públicas: estratégia e instrumento para a gestão do desenvolvimento local. **INTERAÇÕES**, v. 15, n. 1, p. 161–172, jan. 2014. DOI:
<https://doi.org/10.1590/S1518-70122014000100015>. Disponível em: SciELO Brasil - Compras públicas: estratégia e instrumento para a gestão do desenvolvimento local

CUNHA, W. A; FREITAS, A. F; SALGADO, R. J. S. F. Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 3, p. 427–444, jul. 2017. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550301> Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/resr/a/RqL7PnprCkXDCTWxD4GhVRj/?lang=pt>

FUHR, A. L; TRICHES, R. M. Qualidade da alimentação escolar a partir da aquisição de produtos da agricultura familiar. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**. v. 24, n. 2, p. 113–124, julho, 2017. DOI: 10.20396/san.v24i2.8650514 Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8650514>

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. (2021). **Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar. Versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 21**. Brasília: FNDE. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/noticias/publicada-a-resolucao-que-aumenta-o-limite-de-venda-do-agricultor-familiar>. Acesso em: 22 ago, 2024.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. (2023). **Reajuste de valores da alimentação escolar**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/governo-federal-reajusta-valores-da-alimentacao-escolar> <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/governo-federal-reajusta-valores-da-alimentacao-escolar> Acesso em: 22/07/2024

INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília: 1996. Disponível em: <https://biblioteca.incaper.es.gov.br/b>. Acesso em: 27 nov. 2024.

MENEZES, F.; PORTO, S.; GRISA, C. Abastecimento alimentar e compras públicas no Brasil: um resgate histórico. **Série Políticas Sociais e de Alimentação**. Brasília: Centro de Excelência Contra a Fome, 2015. p. 51-61.

MERCOSUL – MERCADO COMUM DO SUL. **Resolução GMC n. 25, de 2007**. Disponível em: <https://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/resolutions/res2507p.pd> Acesso em: 29 de maio de 2025.

NUNES, E. M; MORAIS, A. C; AQUINO, J. R; GURGEL, L.A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como mecanismo de política de inclusão na agricultura familiar do Nordeste do Brasil. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 27, n. 45, p. 114–39, 2018. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/ppp67art4> Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/0b7aa8aa-b639-446a-bcc4-d48655d0b3eb/content>

OLIVEIRA, B. C. S. C. M; SANTOS, L.M.L. Compras públicas como política para o desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 1, p. 189–206, jan. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-76121833>. Disponível em: SciELO Brasil - Compras públicas como política para o desenvolvimento sustentável Compras públicas como política para o desenvolvimento sustentável

RAU, R. **Modos de comer, modos de viver: Um olhar sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar e suas interfaces com a cultura e o desenvolvimento local a partir de famílias rurais pomeranas de São Lourenço do Sul**. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2016.

SALCEDO, S; GUZMÁN, L. El concepto de agricultura familiar em América Latina y el Caribe. **Agricultura familiar em América Latina y el Caribe: recomendaciones de política**. Santiago, Chile 2014.

SANTOS, A. J. S; GALIZONI, F. M. Agricultura familiar e gestão do PNAE: estudo de caso em Turmalina, vale de Jequitinhonha. **Revista de Geografia Agrária**, v. 16, n. 43, p. 421-



443, dez.,2021.DOI:<http://hdl.handle.net/1843/56006>Disponível em:
<https://repositorio.ufmg.br/items/5e4203a3-8834-4d6f-aba2-af2f1b29f34c>

SANTOS, F. O; ANJOS, E. G. Agricultoras familiares e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): participação associativa e autonomia econômica. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 25, p. 1-22, 2024. DOI:10.5212/Emancipacao.v.25.23503.005. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/23503>

SARAIVA, E. B; SILVA, A. P. F; SOUSA, A. A; CERQUEIRA, G. F; CHAGAS, C. M. S; TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 927-935, abr. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000400004>. Disponível em: SciELO Brasil - Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e pluriatividade**. 470f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

SCHNEIDER, A. **A participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de São Lourenço do Sol**. 2013. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, São Lourenço do Sul.

SILVA, C. H. **Produtos da agricultura familiar na alimentação escolar do município de Arroio dos Ratos**. 66f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Arroio dos Ratos, 2013.

SOUTO, F. M; PEREIRA, E. B; MOREIRA, J. N; DUARTE, A. L. L. Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como política pública para sustentabilidade de agricultores familiares. **Revista de Agroecologia no Semiárido (RAS)**, v. 4, n.1, p.15- 28, 2020. <https://doi.org/10.35512/ras.v4i1.4160>Disponível em:<https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/ras/article/view/4160>

TEIXEIRA, D. M; PEIXOTO, C. A; PAGOTTO, D. P; BORGES, C. V. Impactos do PNAE para o empreendedor rural brasileiro. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, Curitiba, v. 5, p. 109-32,2020. Disponível em: <https://www.relise.eco.br/index.php/relise/article/view/489>

TRICHES, R. M; SCHNEIDER, S. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Revista Saúde e sociedade**, v. 19, n. 4, p. 933-945, out. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902010000400019> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/WFcGDRjzXjXb67DWX3gKHDQ/?lang=pt>

TURPIN, M. E. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 20-42, jul./dez. 2009. DOI: 10.20396/san.v16i2.8634783. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634783>

